

Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no artigo 24 do Decreto nº 1.106/2017 e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o seu julgamento,

Uma vez transitado em julgado, para cumprimento da publicação extraordinária desta decisão administrativa sancionadora, nos termos do artigo 6º, §5º da Lei nº 12.846, de 2013 e do 34 do Decreto nº 1.106 de 2017, a pessoa jurídica deverá publicar, a suas expensas, o extrato desta decisão, conforme anexo, nos seguintes meios, cumulativamente:

- 1. No Diário Oficial do Estado de Santa Catarina
- 2. Em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica infratora ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- 3. Em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias em tamanho não inferior a 210 mm de largura e 297 mm de altura, em fonte "Arial" ou similar, tamanho de fonte não inferior a "32" para o título, e "20" para o restante do texto; e
- 4. Na página principal do sítio eletrônico da pessoa jurídica infratora, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

**EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013**

Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº **SED 29073/2021**;

Decisão do Secretário de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado de [número do DOESC],[DATA], [PÁGINA], pela aplicação das penalidades de multa, no valor de Multa no valor de R\$ 35.859,15 (trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos), com fulcro no que dispõem o inciso I do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013, calculada segundo o disposto nos artigos 27 e seguintes do Decreto nº 1.106/2017 e Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória, com fulcro no que estabelecem o inciso II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e o inciso II do artigo 25 do Decreto nº 1.106/2017, durante 30 (trinta) dias em face da pessoa jurídica:

BALDESSAR CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 09.085.061/0001-73.

Pela prática de fraude nos contratos 22/2018, 24/2018, 37/2018, 38/2018, 39/2018, 72/2018 e 73/2018, que foram celebrados com a Agência de Desenvolvimento Regional de Itajaí/SC e obtenção de vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos contratos, restando caracterizados os atos lesivos à Administração Pública Estadual previstos na alínea "d" do inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

ARISTIDES CIMADON
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 939613

**PORTARIA Nº 2579 de 21/09/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO
AUTOS SED 35859/2021**

DECISÃO

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo artigo 3º do Decreto nº 1.106, de 31 de março de 2017, em razão da portaria N/3272 de 04.01.2022, DOE nº 21.681 de 05.01.2022, página 10, adoto, como fundamento deste ato, o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, e o Parecer nº. 708.2023. PGE.NUJ.SED.SC, da Consultoria Jurídica desta Secretaria de Estado da Educação para aplicar à empresa:

TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA., as seguintes penalidades:

a) Multa no valor de R\$ 14.868,32(quatorze mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos) pelo faturamento bruto de 2020, excluídos os tributos, com fulcro no que dispõe o artigo 6º, inciso I da Lei nº 12.846/2013, calculada segundo o disposto nos artigos 27 e seguintes do Decreto nº 1106/2017 e Decreto nº 899/2020;

b) Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória, com fulcro no que estabelecem o inciso II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e o inciso II do artigo 25 do Decreto nº 1.106/2017, durante 30 (trinta) dias;

c) Advertência com fulcro no que dispõe o artigo 87, inciso I da Lei nº 8.666/1993.

Pela prática de fraude à licitação, em face da utilização de documento fraudulento (Alvará sanitário nº 906/2019) que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de sanitização e desinfecção contra vírus e bactérias, incluindo COVID-19, nos ambientes externos e internos e controle microbiótico das edificações das unidades escolares da Regional 07 - Canoinhas compreendendo os municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras, pertencentes à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, restando caracterizados os atos lesivos à Administração Pública Estadual previstos nas alíneas "d" do artigo 5º, inciso IV da Lei nº 12.846/2013.

Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no artigo 24 do Decreto nº 1.106/2017 e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o seu julgamento. Uma vez transitado em julgado, para cumprimento da publicação extraordinária desta decisão administrativa sancionadora, nos termos do artigo 6º, §5º da Lei nº 12.846, de 2013 e do 34 do Decreto nº 1.106 de 2017, a pessoa jurídica deverá publicar, a suas expensas, o extrato desta decisão, conforme anexo, nos seguintes meios, cumulativamente:

- 1. No Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;
- 2. Em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica infratora ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- 3. Em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias em tamanho não inferior a 210 mm de largura e 297 mm de altura, em fonte "Arial" ou similar, tamanho de fonte não inferior a "32" para o título, e "20" para o restante do texto; e
- 4. Na página principal do sítio eletrônico da pessoa jurídica infratora, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

**EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013**

Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº **SED 35859/2021**

Decisão do Secretário de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado de [número do DOESC],[DATA], [PÁGINA], pela aplicação das penalidades de multa, no valor de Multa no valor de R\$ 14.868,32(quatorze mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos) com fulcro no que dispõem o inciso I do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013, calculada segundo o disposto nos artigos 27 e seguintes do Decreto nº 1.106/2017 e Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória, com fulcro no que estabelecem o inciso II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e o inciso II do artigo 25 do Decreto nº 1.106/2017, durante 30 (trinta) dias em face da pessoa jurídica:

TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA inscrita no CNPJ nº 17.405.971/0001-14.

Pela prática de fraude na licitação em face da utilização de documento fraudulento (Alvará sanitário nº 906/2019) que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de sanitização e desinfecção contra vírus e bactérias, incluindo COVID-19, nos ambientes externos e internos e controle microbiótico das edificações das unidades escolares da Regional 07 - Canoinhas compreendendo os municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras, pertencentes à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, restando caracterizados os atos lesivos à Administração Pública Estadual previstos nas alíneas "d" do artigo 5º, inciso IV da Lei nº 12.846/2013.

ARISTIDES CIMADON
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 939614

**PORTARIA Nº 2580 de 21/09/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO
AUTOS SED 48836/2022**

DECISÃO

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo inciso I do artigo 3º do Decreto nº 1.106, de 31 de março de 2017, adoto, como fundamento deste ato, o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, e o Parecer nº. 707.2023. PGE.NUJ.SED.SC, para aplicar à empresa:

WWT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA. (antiga Rama Comércio e Importação de Produtos Personalizados Ltda.), as seguintes penalidades:

a) Multa no valor de R\$ 317.786,17 (trezentos e dezessete mil, setecentos e oitenta e seis reais e dezessete centavos), correspondente a 6,5% (seis vírgula cinco por cento) pelo faturamento bruto de 2021, excluídos os tributos, com fulcro no que dispõe o artigo 6º, inciso I da Lei nº 12.846/2013, calculada segundo o disposto nos artigos 27 e seguintes do Decreto nº1106/2017 e Decreto nº 899/2020.

b) Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória, com fulcro no que estabelecem o inciso II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e o inciso II do artigo 25 do Decreto nº 1.106/2017, durante 30 (trinta) dias;

c) multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato, pelo descumprimento das cláusulas contratuais, o que perfaz o valor de R\$ 952.339,50 (novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos), com fulcro no que dispõem o inciso II do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993 e a cláusula décima nona, inciso II do Edital 231/2020.

Pela prática de fraude da ARP 231/2020, firmado com a Secretaria de Estado da Educação e obtenção de vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou na referida Ata de Registro de Preços, restando caracterizados os atos lesivos à Administração Pública Estadual previstos nas alíneas "d" e "f" do inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, e suscetível da aplicação das sanções do artigo 6º da Lei nº 12.846, de 2013, do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993, além da não execução do objeto da ARP 231/2020, incorrendo na inexecução parcial e na fraude para recebimento por serviços não prestados. Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no artigo 24 do Decreto nº 1.106/2017 e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o seu julgamento. Uma vez transitado em julgado, para cumprimento da publicação extraordinária desta decisão administrativa sancionadora, nos termos do artigo 6º, §5º da Lei nº 12.846, de 2013 e do 34 do Decreto nº 1.106, de 2017, a pessoa jurídica deverá publicar, a suas expensas, o extrato desta decisão, conforme anexo, nos seguintes meios, cumulativamente:

- 1. No Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;
- 2. Em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica infratora ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- 3. Em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias em tamanho não inferior a 210 mm de largura e 297 mm de altura, em fonte "Arial" ou similar, tamanho de fonte não inferior a "32" para o título, e "20" para o restante do texto; e
- 4. Na página principal do sítio eletrônico da pessoa jurídica infratora, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

**ANEXO: EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013**

Julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização nº **SED 48836/2022**

Decisão do Secretário de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado de [número do DOESC],[DATA], [PÁGINA], pela aplicação das penalidades de multa, no valor de R\$ 317.786,17 (trezentos e dezessete mil, setecentos e oitenta e seis reais e dezessete centavos), com fulcro no que dispõem o inciso I do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013, calculada segundo o disposto nos artigos 27 e seguintes do Decreto nº 1.106/2017 e Publicação Extraordinária da Decisão Condenatória, com fulcro no que estabelecem o inciso II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013 e o inciso II do artigo 25 do Decreto nº 1.106/2017, durante 30 (trinta) dias em face da pessoa jurídica:

WT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA (antiga Rama Comércio e Importação de Produtos Personalizados Ltda.), CNPJ nº 29.468.746/0001-06.

Pela prática de fraude a ARP 231/2020 firmado com a Secretaria de Estado da Educação e obtenção de vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou na referida Ata de Registro de Preços, restando caracterizados os atos lesivos à Administração Pública estadual previstos nas alíneas "d" e "f" do inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

ARISTIDES CIMADON
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 939615

AVISO DE NOTIFICAÇÃO Nº 2581 de 21/09/2023